

# Banco Alimentar Contra a Fome

## Balanço

	N	N-1
<b>Activo</b>	<b>31-12-2018</b>	<b>31-12-2017</b>
<b>Activo não corrente</b>		
Activos fixos tangíveis	23.312,82 €	20.704,00 €
Activos intangíveis		
Investimentos Financeiros	1.563,19 €	1.006,52 €
Fundadores\beneméritos\patrocinadores\doadores\associados\membros		
<b>Soma</b>	<b>24.876,01 €</b>	<b>21.710,52 €</b>
<b>Activo corrente</b>		
Inventários	100.602,93 €	108.875,84 €
Clientes		
Adiantamentos a fornecedores		
Estado e outros entes públicos	32.573,90 €	26.252,55 €
Fundadores\beneméritos\patrocinadores\doadores\associados\membros		
Outros contas a receber	10.927,28 €	26.623,00 €
Diferimentos		
Outros Activos financeiros		
Caixa e depósitos bancários	1.103.546,77 €	984.494,00 €
<b>Soma</b>	<b>1.247.650,88 €</b>	<b>1.146.245,39 €</b>
<b>Total ACTIVO</b>	<b>1.272.526,89 €</b>	<b>1.167.955,91 €</b>

	N	N-1
<b>Fundos Patrimoniais e Passivo</b>	<b>31-12-2018</b>	<b>31-12-2017</b>
<b>Fundos Patrimoniais:</b>		
Fundos		
Excedentes Técnicos		
Reservas		
Resultados Transitados	895.169,80 €	1.131.494,38 €
Excedentes Revalorização		
Outras variações nos fundos patrimoniais		
<b>Soma</b>	<b>895.169,80 €</b>	<b>1.131.494,38 €</b>
<b>Resultado Líquido Exercício</b>	<b>13.984,56 €</b>	<b>- 236.324,58 €</b>
<b>Total fundo de capital</b>	<b>909.154,36 €</b>	<b>895.169,80 €</b>
<b>Passivo:</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Provisões	15.000,00 €	
Financiamentos obtidos		
Outras contas a pagar		
<b>Soma</b>	<b>15.000,00 €</b>	<b>- €</b>
<b>Passivo corrente</b>		
Fornecedores	29.941,97 €	9.244,70 €
Adiantamentos Clientes		
Estado e outros entes públicos	12.575,58 €	14.705,66 €
Fundadores\beneméritos\patrocinadores\doadores\associados\membros		
Financiamentos obtidos		
Diferimentos	231.292,38 €	109.999,75 €
Outros Contas a pagar	74.562,60 €	138.836,00 €
Outros passivos financeiros		
<b>Soma</b>	<b>348.372,53 €</b>	<b>272.786,11 €</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>363.372,53 €</b>	<b>272.786,11 €</b>
<b>Total FUNDOS PATRIMONIAIS e PASSIVO</b>	<b>1.272.526,89 €</b>	<b>1.167.955,91 €</b>

# Banco Alimentar Contra a Fome

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2018	2017
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>		
Vendas e Serviços Prestados.....		
Subsídios, Doações e legados à exploração.....	13.049.019,41 €	13.154.046,42 €
Variação nos Inventários da Produção.....		
Trabalhos para a própria Entidade.....		
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas.....	129.465,27 €	328.246,54 €
Fornecimentos e Serviços Externos.....	290.306,34 €	355.557,64 €
Gastos com o Pessoal.....	317.411,71 €	322.273,83 €
Imparidades de dívidas a receber(perdas/reversões).....		
Provisões(aumentos/reduções).....	15.000,00 €	
Outros Rendimentos e Ganhos.....	748.492,92 €	775.963,66 €
Outros Gastos e Perdas.....	13.027.136,45 €	13.144.168,46 €
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>18.192,56 €</b>	<b>-220.236,39 €</b>
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização.....	12.151,18 €	19.487,02 €
<b>Resultados Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos).....</b>	<b>6.041,38 €</b>	<b>-239.723,41 €</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos.....	7.944,74 €	3.399,28 €
Juros e Gastos Similares Suportados.....	1,56 €	0,45 €
<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>13.984,56 €</b>	<b>-236.324,58 €</b>
Imposto sobre o Rendimento do Período.....		
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>13.984,56 €</b>	<b>-236.324,58 €</b>



# **Banco Alimentar Contra a Fome**

**Anexo**

**30 de Novembro de 2018**



---

17.15 Acontecimentos após data de Balanço.....	21
--	----



### **3. Principais Políticas Contabilísticas**

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

##### **3.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo.



atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As mais ou menos valias provenientes da venda de cativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### **3.2.2 Bens do património histórico e cultural**

Não aplicável.

### **3.2.3 Propriedades de Investimento**

Não aplicável.

### **3.2.4 Ativos Intangíveis**

Não aplicável.

### **3.2.5 Investimentos financeiros**

Não aplicável

### **3.2.6 Inventários**



---

### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)



Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### **3.2.10 Financiamentos Obtidos**

Não aplicável

### **3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação





A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2018					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico	222.104,94					222.104,94
Equipamento de transporte	134.714,38	14.760,00				149.474,38
Equipamento administrativo	289.507,28					289.507,28
Outros Ativos fixos tangíveis	2.865,90					2.865,90
<b>Total</b>	<b>649.192,50</b>	<b>14.760,00</b>				<b>663.952,50</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico	208.271,25	6.616,30				214.887,55
Equipamento de transporte	136.706,26	3.722,87				140.429,13
Equipamento administrativo	283.510,99	1.812,01				285.323,00
Outros Activos fixos tangíveis						
<b>Total</b>	<b>628.488,50</b>	<b>12.151,18</b>				<b>640.639,68</b>

## 6. Ativos Intangíveis

Não aplicável

## 7. Locações

Não aplicável

## 8. Custos de Empréstimos Obtidos

Não aplicável



## 15. Benefícios dos empregados

---

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2018 e 2017, foram 5 em cada um dos anos, não tendo usufruído quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 30/11/2018 foi de 20. Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao pessoal	243.487,52	259.415,53
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	66.889,24	53.159,94
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais		
Gastos de Ação Social		
Bolsas de Estágio	7.034,95	9.449,99
Outros Gastos com o Pessoal		248,37
<b>Total</b>	<b>317.411,71</b>	<b>322.273,83</b>

## 16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

---

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 17. Outras Informações

---

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.



#### 17.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 30 de novembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	704,07	811,84
Depósitos à ordem	149.342,70	70.182,16
Depósitos a prazo	953.500,00	913.500,00
Outros		
<b>Total</b>	<b>1.103.546,77</b>	<b>989.494,00</b>

#### 17.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos				
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	1.131.494,38		236.324,58	895.169,80
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais				
<b>Total</b>	<b>1.131.494,38</b>		<b>236.324,58</b>	<b>895.169,80</b>

#### 17.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	29.941,97	9.244,70
Adiantamento a Fornecedores		
Fornecedores faturas em receção e conferência		
<b>Total</b>	<b>29.941,97</b>	<b>9.244,70</b>



### 17.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	13.565,48	18.341,82
Subsídios de outras entidades		
Doações e heranças	13.035.453,93	13.135.704,60
Legados		
<b>Total</b>	<b>13.049.019,41</b>	<b>13.154.046,42</b>

### 17.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 30 de novembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos		
Serviços especializados	45.442,77	49.366,70
Materiais	9.000,97	10.210,88
Energia e fluidos	49.009,64	52.128,79
Deslocações, estadas e transportes	94.256,83	101.366,35
Serviços diversos	92.596,13	142.484,92
<b>Total</b>	<b>290.306,34</b>	<b>355.557,64</b>

### 17.12 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros		
Correcções relativas exercícios anteriores	185,48	
Outros rendimentos e ganhos (incluindo donativos em dinheiro)	748.307,44	775.963,66
Juros obtidos		
<b>Total</b>	<b>748.492,92</b>	<b>775.963,66</b>



### 17.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 30 de Novembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

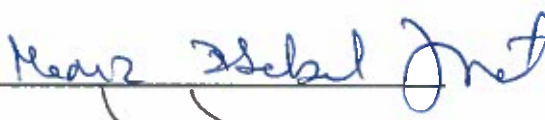
As demonstrações financeiras para o período findo em 30 de novembro de 2018 foram aprovadas pela Direcção no dia 11 de Março de 2019.

O Contabilista Certificado

Nº 38995

---

A Direcção

---

